

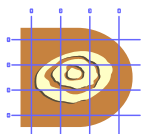
PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL, HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DA
UHE TELES PIRES

Municípios de Jacareacanga e Paranaíta / MT e PA

PROJETO DE PESQUISA ETNOARQUEOLÓGICA
(ARQUEOLOGIA COLABORATIVA)
ETNIAS KAYABI, APIACÁ E MUNDURUKU

Setembro / 2011

L.D. DRA. ERIKA M. ROBRAHN-GONZÁLEZ



Caixa Postal: 822 • Cotia / SP. • Cep 06.709-970
Fones/Fax: (11) 4169-4280 / 4169-9567 / 4169-9438
Email: arqueo@terra.com.br

**PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL,
HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DA UHE TELES PIRES**

Municípios de Jacareacanga a Paranaita, MT/PA

**PROJETO DE PESQUISA ETNOARQUEOLÓGICA (ARQUEOLOGIA
COLABORATIVA) – ETNIAS KAYABI, APIACÁ E MUNDURUKU**

Setembro / 2011

REALIZAÇÃO

DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia SS Ltda.

Caixa Postal 822, Cotia/ SP. Cep 06790-970

Fones: (11) 4169-4280 / 4169-9567. Email: erika@documentocultural.net

Responsável: Dra. Erika Marion Robrahn-González

EMPREENDEDOR

CIA. HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.

Av. Miguel Sutil, n. 8695, Cuiabá/MT. Cep 78.043-305

Fone (65) 3622-4303

Responsável: Sr. José Piccolli (Diretor Administrativo Financeiro)

APOIO INSTITUCIONAL

INSTITUTO DO HOMEM BRASILEIRO – HBRASIL

Rua 38, n. 352, Boa Esperança, Cuiabá/MT

Cep 78.068-545. Fone (65) 3664-2407

Responsável: Veviane Cristina Ferreira e Silva

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. LEGISLAÇÃO	7
3. OBJETIVOS DO PROJETO	8
4. CONCEITUAÇÃO CIENTÍFICA	9
4.1 Abrangência do Programa	9
4.2 Arqueologia das Paisagens Culturais	12
4.3 Arqueologia Colaborativa	16
4.4 Project Design	21
5. CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR DOS ASPECTOS HISTÓRICOS E DEMANDAS DAS COMUNIDADES	27
5.1 Aspectos históricos gerais	27
5.2 Comunidades indígenas envolvidas	30
5.3 Demandas histórico-culturais das comunidades	33
6. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E MÉTODOS DE TRABALHO	46
6.1 Atividades e procedimentos gerais	46
6.2 Ferramentas e dinâmica de trabalho	49
7. CRONOGRAMA	59
8. PRODUTOS E RESULTADOS	62
9. BIBLIOGRAFIA	63

1. INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o Projeto Científico para desenvolvimento do Projeto de Pesquisa Etnoarqueológica (Arqueologia Colaborativa) das Etnias Kayabi, Apiacá e Munduruku, integrado ao Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE Teles Pires, MT/PA.

O Programa já se encontra em pleno desenvolvimento desde fevereiro/2011 (Processo IPHAN 01450.002604/2011-16. Portaria n. 08, Anexo I/16, de 03.03.2011). No que se refere ao Projeto Etnoarqueológico (objeto deste texto), visa atender aos Itens 1.5, 1.6 e 1.7 do Termo de Compromisso firmado entre o IPHAN e a CHTP em 16 de Agosto de 2011. Por sua vez, o Termo de Compromisso visa dar atendimento a demanda das comunidades indígenas Kayabi, Apiacá e Munduruku com referência à memória histórica de seu território tradicional, conforme manifestado em reuniões realizadas dentro da TI Kayabi em 11, 12 e 13/08/2011.

De acordo com o que define o Item 1.7 do Termo de Compromisso, os estudos Etnoarqueológicos serão realizados na “área de significância cultural que abrange desde a divisa da TI Kayabi até um ponto rio acima”, atravessando e englobando a área de influência direta da UHE Teles Pires (**Figuras 1 e 2**).

Para a realização dos trabalhos define-se um período de **2 anos (24 meses)**, durante os quais serão realizadas as ações de campo e gabinete. Para este prazo solicita-se aqui, portanto, a Portaria de Pesquisa.

Saliente-se que este Projeto Etnoarqueológico, apesar de possuir metodologias, operacionalização e cronograma próprios, está integrado e constitui parte do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE Teles Pires, tendo inclusive sido previsto em seu *Project Design* original.

Por outro lado, dentro da perspectiva da Arqueologia Colaborativa que norteia este Projeto, a primeira atividade a ser desenvolvida com as comunidades é uma análise deste Projeto Científico, com discussão das propostas e realização de possíveis ajustes. Esta nova versão, consolidada e

integrando as perspectivas das etnias indígenas tratadas, será protocolada no IPHAN, incluindo a indicação das Comissões Indígenas, que farão parte permanente da equipe de pesquisa, a aprovação da equipe científica proposta e, também, o apoio institucional das Associações Indígenas.

O texto que segue traz o conjunto de dados, a conceituação teórico-metodológica e os procedimentos previstos.

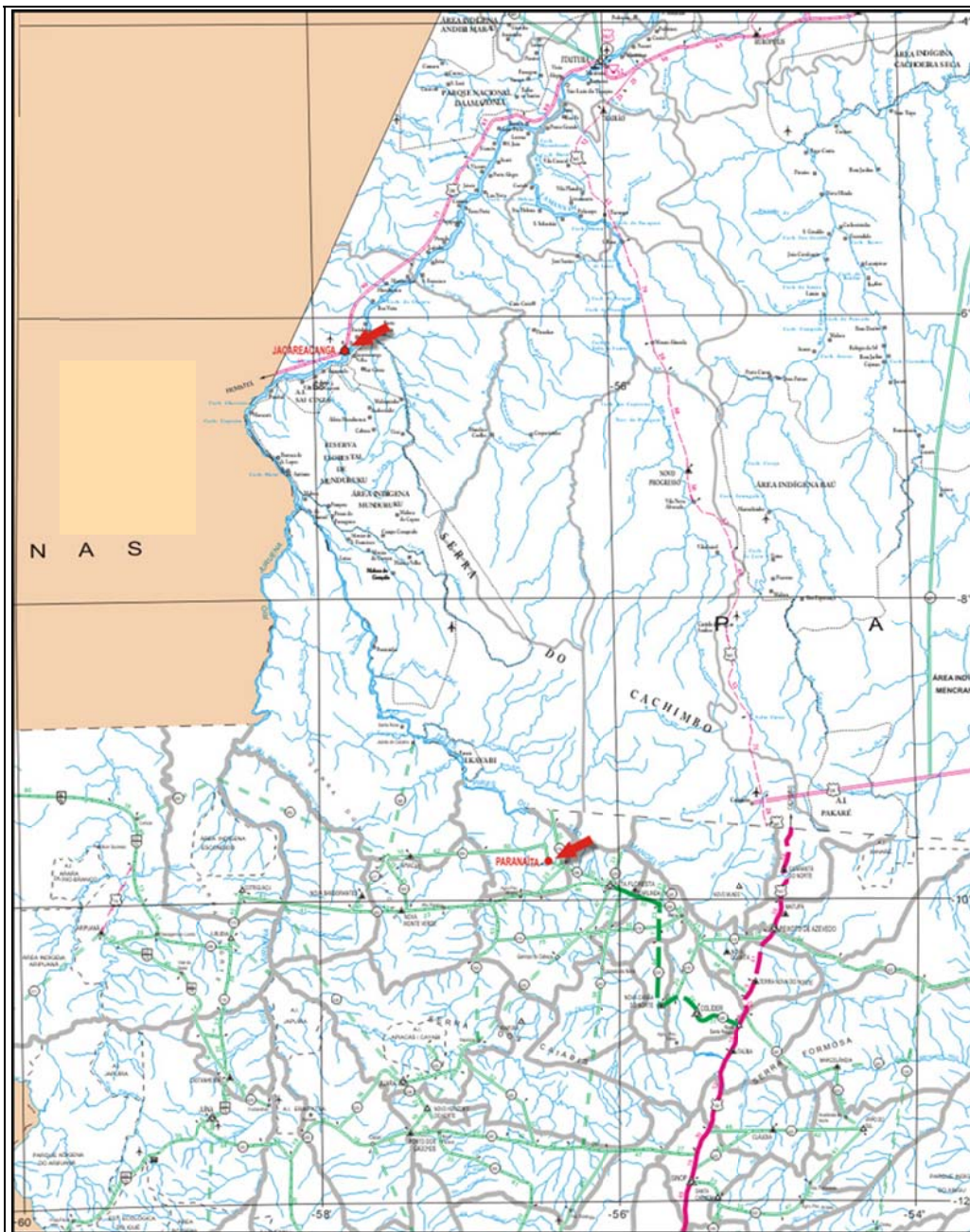


Figura 1 - Localização regional do empreendimento.

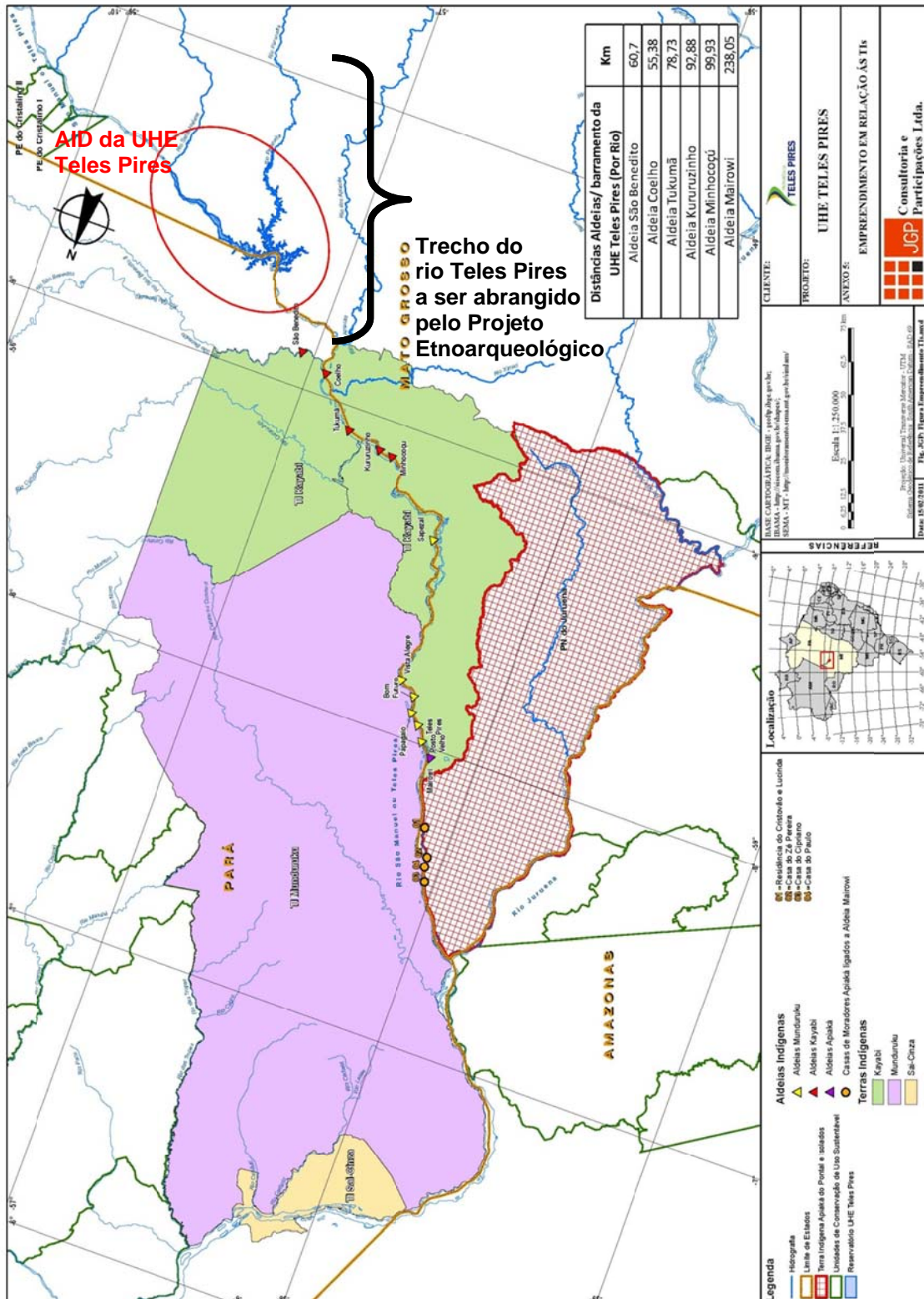


Figura 2 – Extensão do rio Teles Pires abrangida pelo Projeto Etnoarqueológico.

2. LEGISLAÇÃO

O presente Projeto traz visa atender a legislação e os instrumentos normativos brasileiros voltados ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural, compreendendo:

- ✚ O Decreto-Lei n. 25, de 30.11.1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- ✚ A Lei n. 3.924, de 26.07.1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;
- ✚ A Constituição Federal de 1988 (Artigo 216), que define como “elementos pertencentes ao Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.
- ✚ Resolução CONAMA 01/1986
- ✚ Portaria SPHAN/MinC nº 07, de 01.12.1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional.
- ✚ Decreto nº 3.551 de 04.08.00, que criou um registro de bens culturais de natureza imaterial.

3. OBJETIVOS DO PROGRAMA

Os objetivos gerais deste trabalho podem ser sintetizados em quatro grandes itens:

- a) Desenvolver o Projeto de Pesquisa Etnoarqueológica (Arqueologia Colaborativa) das Etnias Kayabi, Apiacá e Munduruku, em atendimento ao Termo de Compromisso assinado entre o IPHAN e a CHTP.
- b) Atender à legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto ao patrimônio cultural, material e imaterial brasileiro, em especial das comunidades indígenas;
- c) Envolver a comunidade no desenvolvimento dos trabalhos, dentro dos preceitos da Arqueologia Colaborativa, de forma a desenvolver os estudos considerando suas perspectivas de patrimônio, cultura e conhecimentos tradicionais;
- d) Produzir conhecimento científico sobre o tema, contribuindo para a ampliação do conhecimento da cultura nacional.

4. CONCEITUAÇÃO CIENTÍFICA

4.1 Abrangência do Programa

Os tempos contemporâneos exigem novos posicionamentos das Ciências Sociais, em relação aos seus objetos de estudo. Estas mudanças levaram a Arqueologia a ampliar seus horizontes de atuação, dando maior robustez e consistência ao seu papel social e, também, gerando novas interfaces de trabalho, ou determinando novas configurações àquelas já existentes.

Hoje, assim, não há como pensar na pesquisa arqueológica sem uma perspectiva transdisciplinar no tratamento do patrimônio cultural, em seu *latu sensu*. Na prática, isto demanda pesquisadores voltados a integrar o relacionamento entre a pesquisa, a gestão de bens culturais e os grupos sociais envolvidos, visando contribuir para o fortalecimento de vínculos existentes entre a sociedade e o passado, ampliando o interesse sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às atividades de preservação.

Assim, além das práticas inerentes à pesquisa científica, o papel social do arqueólogo leva-o a realizar ações que envolvem a compreensão do presente, visto como história contínua (e não uma história do “outro”), e do futuro.

Neste enfoque, a Arqueologia contribui na busca da sociedade em descobrir a relação com o seu passado envolvendo inúmeras dimensões, as quais, muitas vezes, refletem tensões e dinâmicas sociais mais amplas. Elas dizem respeito aos procedimentos de identificação, incorporação, negação, preservação, destruição, promoção, recuperação ou esquecimento dos marcos históricos e culturais presentes na região, que dependem das populações locais, amparadas por iniciativas públicas e/ou privadas para se manterem vivos. Isso quer dizer que cada item do patrimônio se envolve em tramas específicas das sociedades exigindo, portanto, tratamento diferenciado e singular.

Dessa forma, e de acordo com o que define a UNESCO (Convenção do Patrimônio Mundial, 1972), o patrimônio cultural envolve a análise dos processos de formação e transformação de uma comunidade a partir de uma perspectiva dinâmica, compreendendo a produção dos bens culturais e suas práticas. É preciso, ainda, conhecer os atores deste processo cultural, seja no papel de produtores, de consumidores ou de gestores, visando garantir sua valorização e proteção. Para alcançar estes objetivos é necessário tratar, de maneira integrada, os diferentes elementos que podem ser sintetizados na rubrica “Patrimônio Cultural” (aderente às definições da UNESCO/ 1972 e ao *International Finance Group - IFC*), sendo eles:

- **Patrimônio Paisagístico**, compreendendo aspectos referentes ao ambiente físico da área, ao qual se sobrepõe uma Paisagem Cultural, constituindo um espaço socialmente concebido, percebido e transformado pelos diferentes cenários de ocupação humana que se desenvolveram na região, ao longo do tempo.
- **Patrimônio Imaterial**, compreendendo os conhecimentos tradicionais e manifestações culturais da comunidade incluindo festejos, cantos, artesanato, medicina popular, culinária tradicional, contos, superstições etc. No presente Projeto, terão destaque os elementos de cultura imaterial referente à história e memória do território tradicional das etnias Kayabi, Apiacá e Munduruku na área definida de estudo;
- **Patrimônio Material**, compreendendo os elementos físicos materiais relacionados aos Modos de Vida da área e à ocupação dos territórios tradicionais acima indicados. Serão, ainda, realizados estudos sobre o patrimônio material atual de cada comunidade, compreendendo o universo de objetos que compõem o dia a dia das comunidades;
- **Patrimônio Edificado**, compreendendo os bens construídos com significância histórica e/ou cultural, abrangendo, neste caso, todas as estruturas ligadas à ocupação do território tradicional indígena (etnias Kayabi, Apiacá e Munduruku) na área abrangida pelo Projeto
- **Patrimônio Arqueológico**, compreendendo os remanescentes físicos e locais na paisagem, referentes às ocupações indígenas Kayabi, Apiacá

e Munduruku presentes na área de estudo, e seu tratamento a partir de metodologias próprias da Ciência Arqueológica, desde que previamente acordadas e consentidas pelas comunidades indígenas envolvidas, considerando tratar-se de sua memória, história e cultura.

Somente através de um tratamento que abranja o conjunto destes diferentes aspectos é que se poderá dar conta da diversidade e complexidade dos contextos histórico/culturais envolvidos nos territórios tradicionais das etnias indígenas indicadas. Por outro lado, a abordagem destes diferentes patrimônios parte de alguns princípios basilares no pensamento contemporâneo, no que se refere ao tratamento das questões patrimoniais culturais:

- ✚ Democratizar as práticas para o reconhecimento e identificação do patrimônio cultural, observando as diversas possibilidades de visão e interpretação a seu respeito;
- ✚ Ampliar as possibilidades morfológicas que norteiam o reconhecimento do patrimônio, respeitando as singularidades das experiências históricas de cada grupo social envolvido;
- ✚ Desenvolver práticas de identificação, proteção, recuperação e fomento dos patrimônios que sejam compartilhadas entre os grupos científicos e as comunidades, atuando de modo coordenado e solidário;
- ✚ Compreender o patrimônio cultural como algo vivo e integrado às sociedades, como elementos fundamentais na manutenção da coesão social e da preservação das culturas;
- ✚ Adotar o princípio de que somente com o envolvimento das comunidades indígenas Kayabi, Apiacá e Munduruku, atuando como pesquisadores, parceiros e partícipes de todo o processo de desenvolvimento do Projeto, é possível alcançar os objetivos propostos pelo Projeto.

Para que isso seja real e eficaz, o patrimônio deve ser visto e incorporado como elemento componente das sociedades e não para além delas, com funções reconhecidas, como vetor de seu desenvolvimento e do bem estar coletivo.

Assim, é indispensável a integração das comunidades presentes na região, a fim de que o trabalho incorpore a maneira como cada grupo social se relaciona com o patrimônio (ainda que não o nomeiem, a priori, assim) e o que cada grupo observa e reconhece como tal.

Para o alcance deste objetivo, a Gestão do Conhecimento está conceitual e metodologicamente baseada no cruzamento de duas vertentes teóricas:

- Arqueologia das Paisagens Culturais (Environmental Archaeology), no que se refere à reconstituição espacial e simbólica dos territórios tradicionais Kayabi, Apiacá e Munduruku no espaço definido pelo Projeto;
- Arqueologia Colaborativa, no que se refere ao envolvimento das comunidades indígenas, aliada à Arqueologia da Supermodernidade, que traz uma conceituação de tratamento do passado recente, em especial, aquele derivado de profundos processos de rupturas culturais e remodelações de territórios de ocupação, que ainda ocupam papel especial na memória viva das comunidades.

Por outro lado, este Projeto está também apoiado nas diretrizes da Arqueologia Étnica que vem sendo definida junto ao IPHAN para aplicação em projetos arqueológicos envolvendo comunidades indígenas atuais (conforme

O texto que segue detalha estas vertentes teóricas e diretrizes.

4.2 Arqueologia das Paisagens Culturais

A conceituação teórica da pesquisa está apoiada no tratamento de Paisagens Culturais, voltada para a análise dos processos e formas de apropriação do espaço ao longo do tempo. O entendimento dispensado ao que passaremos a chamar de “patrimônio paisagístico” necessita que recuperemos alguns elementos da conceituação de cultura e de patrimônio. Isso se faz necessário, pois é a luz da confluência entre estes três conceitos que, individualmente, se esclarecem e sustentam as definições da “paisagem”.

Como “cultura” empregamos a conceituação a um só templo ampla e radical, em seu sentido semântico. Cultura como “forma de fazer”, expressão múltipla do estar no mundo, ocupar, transformar, valorar, significar, construída cotidianamente e em eterna mutação pelos povos. Como “patrimônio”, dentro da trajetória de construção e transformação do conceito, adotamos aquilo que é herdado, que é transmitido através do tempo e valorado por cada geração, ainda que essa valoração seja absolutamente dinâmica.

Com isso temos a terceira dimensão da questão, a da paisagem. Paisagem é, a priori, um conceito que advém da dimensão cultural da existência. Alguns teóricos tenderam a tentar classificá-la como “espaços marca” ou “espaços matriz”, buscando encontrar nelas características consolidadas, modelares, de espaços “intocados” – portanto “naturais” – e outros espaços “apropriados” – portanto “culturais”. Todavia, a classificação do patrimônio segundo essa taxonomia dual e polarizada, o entendimento de uma “paisagem natural” e outra “cultural” nos parece tão frágil e insustentável quanto o restante das classificações estabelecidas sobre estes rótulos.

O ato de olhar é, por si, tanto natural (por conta de suas características biológicas, fisiológicas, etc) quanto cultural, dadas as diversidades sensoriais permitidas pela imensa variabilidade cognitiva promovida pelas culturas. Em suma: nem todos os seres humanos, vivendo num mesmo tempo, em lugares e culturas distintas, ou mesmo ao longo do tempo, vêem da mesma forma, atentam para as mesmas coisas, percebem as mesmas nuances ou, até mesmo, as mesmas formas e cores.

Determinar, então, uma paisagem como “matriz”, por ser supostamente mais “natural”, e outra como “marca”, por ser mais “cultural”, ocultaria o fato de que, novamente, a paisagem como elemento inerente as culturas carrega “valorações” de múltiplas ordens, materiais, simbólicas, etc, e que é essa presença delas no conjunto de itens que compõem uma cultura que as tornam “patrimônios”. Natureza e cultura, assim, não podem ser compreendidas nem tratadas como dimensões independentes, mas como interdependentes, indissociáveis.

A “paisagem” enquanto “forma”, ou “objeto”, tem ainda uma segunda esfera de complicações, pelo fato de, embora seja lastreada, formada e

conformada pelo meio físico, ela só é apreensível através do filtro cognitivo do qual tratamos acima. Uma fotografia, um quadro, um vídeo de uma paisagem não a é em si, mas somente uma “representação” da mesma, pois, como “ambiente”, ela carrega todas as dimensões sensoriais que as representações captam apenas lacunarmente, fragmentariamente. A paisagem é formada pela morfologia do espaço, pelas suas características topográficas, hidrográficas, etc, mas, também, pelos sons, texturas, fenômenos óticos. Além disso, as paisagens recebem valorações, simbologias, significações na estruturação das relações sociais, econômicas, políticas, carregam conjuntos de mentalidades, mitologias. As paisagens são “bens” de valor inestimável aos povos por estarem na base de suas vidas, tocando sempre nas dimensões materiais e simbólicas delas. Portanto, não há paisagem sem um observador.

Em síntese, considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, apresenta diversas assinaturas antrópicas que constituem, em conjunto ou separadamente, o objeto de estudo da denominada **Arqueologia da Paisagem** (Environmental Archaeology) Nessa perspectiva, os estudos sobre o cenário de implantação dos empreendimentos aqui tratados buscam contar com o envolvimento da comunidade diretamente relacionada à área de pesquisa, sobretudo no reconhecimento e identificação dos vários elementos constituintes da paisagem, nos quais se incluem ainda componentes do patrimônio cultural imaterial. Para os períodos de tempo mais antigos (e estudados pela Arqueologia), as paisagens culturais são inferidas a partir da análise dos remanescentes físicos e locais dos vestígios identificados, bem como, pelo seu padrão de distribuição no espaço.

Em seu desenvolvimento conceitual, a idéia de paisagem passa a constituir matéria de análise e interesse das mais diversas áreas do conhecimento como a geografia, antropologia, arquitetura e turismo, dentre outras. Isso acaba por lhe conferir diversas interpretações e graus de importância, tanto em seus aspectos naturais como culturais. Como não podia deixar de ser a Arqueologia, situada na confluência das disciplinas humanas e naturais e, por isso mesmo, dotada de uma vocação intrínseca para a

interdisciplinaridade, acabou por se constituir no campo ideal para a convergência de todas estas perspectivas.

Considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, muitas vezes apresenta várias assinaturas antrópicas que constituem, em conjunto ou separadamente, o objeto de estudo da denominada *Arqueologia da Paisagem*. “A paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses “traços fósseis” que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores ao longo do tempo” (Meneses 2002:30). Nessa diretriz, Criado (1999:6) assinalou que a Arqueologia da Paisagem pode ser vista como uma linha de pesquisas arqueológicas orientadas para “... *el estudio y reconstrucción de los paisajes arqueológicos o, mejor, el estudio con metodología arqueológica de los procesos y formas de culturización del espacio a lo largo de la historia*”.

Assim, o meio ambiente é analisado a partir do enfoque ecossistêmico, segundo o qual existe um conjunto de relações mútuas entre os fatores de um meio ambiente e os seres vivos que nele se encontram, caracterizando um conjunto de interações entre os sistemas ambientais e os sistemas sociais e econômicos que delinearam o cenário de implantação do empreendimento em estudo. Dessa maneira, a abordagem ecossistêmica encontra relação com a perspectiva holística pois, ao invés do estudo individualizado de cada componente do sistema, procura tratar seus componentes de interação.

Em resumo, o entendimento do *design* da ocupação humana na região dos empreendimentos aqui tratados propicia reconstituições ambientais e paisagísticas a partir da análise das formas de apropriação do meio ambiente físico-biótico em relação ao contexto sócio-cultural e econômico das comunidades, ao longo do tempo, na busca de uma convergência entre Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural.

4.3 Arqueologia Colaborativa

À medida que a Arqueologia foi se firmando enquanto disciplina (especialmente a partir do século XIX), o estudo e interpretação da história humana constitui domínio e atribuição de profissionais cientistas, em busca de um “passado objetivo real”. A própria terminologia cada vez mais técnica da Arqueologia, em boa parte adquirida através da conceituação teórica da *New Archaeology*, já no século XX, perpetua a mistificação da disciplina, e sua prática pressupõe uma crescente alienação junto ao público, fazendo crer que pouco há para ser aprendido com a participação da sociedade nas pesquisas.

Dos colecionadores de peças exóticas da Antiguidade aos dias atuais, a Arqueologia não foi apenas capaz de acumular um conhecimento respeitável sobre o passado humano; discutiu incansavelmente, também, sua responsabilidade ética sobre este passado, à medida que apontava novas e mais abrangentes perspectivas de abordar o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo. Observou-se assim, a partir da década de 1980, uma crescente preocupação no cenário internacional com os aspectos públicos da disciplina.

Este movimento vem sendo internacionalmente denominado “Arqueologia Pública”, voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais interessados, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico, histórico e cultural. Os arqueólogos perceberam que necessitavam reconhecer não somente sua responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, mas igualmente sobre as pessoas cuja herança histórica e cultural estes vestígios se relacionam. Um dos benefícios públicos da Arqueologia está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às medidas de preservação.

No Brasil este momento apresenta uma cor especial. Isto se dá especialmente por conta da conjuntura social e política que atravessa, na qualidade de país em desenvolvimento rumo à era da globalização. À

Arqueologia abrem-se oportunidades de ocupar espaços ainda vazios, voltados a uma abordagem mais abrangente e pluralista referentes à herança cultural.

Essa abordagem prescinde, todavia, de uma mudança de postura com respeito ao “objeto de estudo” e procedimentos de trabalho. Hoje entendemos não ser mais possível que a Arqueologia continue voltada ao desenvolvimento de um ser abstrato chamado “Ciência”, colecionador insaciável de novas teorias, novas descobertas, novas abordagens, novas discussões. Assim, o *turning point* da Arqueologia pode ser sintetizado em uma única palavra: sociedade. Tem-se, assim, uma mudança essencial de foco, onde a Arqueologia deixa de ser uma ciência com olhar voltado ao passado para assumir sua responsabilidade na compreensão do presente e na promoção do futuro. Esta perspectiva é definida pela “Arqueologia Colaborativa”, que visa desenvolver ações não mais para a comunidade, uma vez que passa a ser feita com a comunidade.

A relação que a Arqueologia estabelece com as diferentes áreas de conhecimento – uma vez que é uma ciência verdadeiramente transdisciplinar, fruto da somatória de cada disciplina científica e humanista – é mais um dos fatores que faz com que muitas pessoas se sintam próximas a ela. Isto se aplica, por exemplo, ao caso da estabilidade e mudança ambiental: através do conhecimento da sucessão de experiências humanas ocorridas sobre um ecossistema, é possível refletir sobre alternativas de gestão e manejo, trazendo uma visão mais global e tangível ao tema.

Hoje, a sociedade tem necessidade de ser competente num mundo multicultural, e a Arqueologia é capaz de proporcionar ferramentas que auxiliem a viver nesta sociedade crescentemente complexa, ensinando as pessoas sobre outras culturas e tempos, fornecendo-lhes ferramentas para melhor compreender a diversidade humana, ao expandir suas visões de mundo. Essa compreensão da diversidade leva à tolerância, que permite a inserção de diversos segmentos da sociedade, tornando todos os indivíduos sujeitos plenos de direitos e deveres: cidadãos. Assim, um dos benefícios públicos da Arqueologia é o mesmo que oferece a história e a ciência: a educação da cidadania.

De fato, não existe um público a considerar, mas vários. Devemos refletir sobre a maneira como nossa sociedade se posiciona com relação ao seu passado: Qual o passado que merece ser resgatado? Quais os mecanismos que a sociedade utiliza para registrar e perpetuar sua própria história? Em oposição às ciências naturais, a ciência social necessita ser, particularmente nestes tempos pós-modernos, pluralista em essência. A admissão de diferenças não põe em cheque a autoridade da disciplina. Ao contrário: o reconhecimento de que as idéias e interpretações são produto de condições históricas específicas amplia o debate e sua contribuição. Se desejarmos obter uma compreensão do passado que abranja a complexidade e diversidade de suas mensagens possíveis, então precisamos reconhecer a existência de um público igualmente diverso, e aprender a lidar com ele. Para assim proceder mostra-se necessário reconhecer e respeitar todos os valores atribuídos à herança arqueológica, incluindo a científica.

Por essa razão o conteúdo da mensagem a ser transmitida ao público deve estar atrelado à história local, construindo um elo de percepção junto ao público. Isso pode incluir objetos identificados no local, sítios ou vestígios mais conhecidos, dados sobre como os grupos humanos do passado viveram naquele mesmo espaço geográfico, entre tantos outros. Por outro lado a mensagem deve também conter dados sobre a importância deste patrimônio, o fato dele ser único e não renovável, e também o esforço e detalhamento da pesquisa científica necessária para construir o conhecimento, visando sensibilizar o público sobre sua valorização e necessidade de preservação.

No caso brasileiro, assim como nos países colonizados em geral, onde a sociedade nacional foi formada através de uma ruptura entre as ocupações indígenas e o elemento europeu, mais tarde acrescido pela cultura africana, é freqüente a comunidade atual não reconhecer vínculos com o contexto arqueológico, embora tenha interesse pelo seu sentido exótico. Isso se agrava pelo fato de que até mesmo a construção da História do Brasil tenha sido tradicionalmente feita a partir de sua classe intelectual dominante, resultando em um baixo ou nulo reconhecimento da população em geral como sendo esta a “sua história”. O próprio currículo escolar não inclui uma efetiva história das

minorias, apesar de sua participação fundamental na formação e desenvolvimento da sociedade nacional.

Considerando esse conjunto de aspectos, mostra-se essencial que a pesquisa arqueológica seja realizada em conjunto com os descendentes vivos da sociedade que criou ou herdou este patrimônio. Assim será possível conduzir os trabalhos a partir de uma perspectiva de “arqueologia democrática”, como define Faulkner (2000), que compreende a realização de trabalhos com base na comunidade, de forma não excludente e não hierárquica e dedicado a um desenho de pesquisa que pressuponha interação entre os vestígios materiais, a metodologia de trabalho e a interpretação. Trabalhando em conjunto com a comunidade o arqueólogo pode auxiliar na reconstrução de elementos tradicionais que se perderam através do tempo, bem como dar suporte a atividades como turismo, educação e identidade étnica, contribuindo para o manejo sustentável da cultura.

Neste cenário, e especialmente considerando o escopo definido por este Projeto Etnoarqueológico, destacam-se as diretrizes e conceituações apresentadas pela assim chamada Arqueologia da Supermodernidade, que abrange a Arqueologia do passado recente, a “arqueologia de nós”, a arqueologia dos grupos vivos relacionados aos séculos XX e XXI. Embora originalmente aplicada a contextos europeus, como indicado abaixo, seus preceitos são absolutamente aplicáveis ao contexto do presente Projeto.

A Arqueologia da Supermodernidade foi concebida para o contexto e período iniciado na I Guerra Mundial, que causou profundos processos de destruição e rupturas com desaparecimento de universos materiais e grandes remodelações de territórios e paisagens por conta do violento incremento de processos de colonização, urbanização e industrialização. Está voltada ao tratamento de mudanças ocorridas nas identidades de comunidades tradicionais, resultando em impactos na transmissão e manutenção de sua herança cultural. Assim, os trabalhos arqueológicos voltados a este período tratam de eventos dramáticos que ainda ocupam papel especial na “memória viva” de comunidades atuais.

A atuação de uma Arqueologia da Supermodernidade necessariamente deve se apoiar de análises transdisciplinares, onde os limites das disciplinas envolvidas se mostram tênues.

A tarefa compreende reconstituir histórias a partir de caminhos alternativos, onde os vestígios podem se resumir a percepções e simbologias de territórios e paisagens. Necessita-se lidar, aqui, com o suprimido, o “indizível”, apreendendo significados que ficam ao largo do discurso e, muitas vezes, dos registros materiais. Estes contextos de destruição/substituição resultam, portanto, em evidências físicas muito particulares e em implicações políticas e sociais traumáticas.

Neste cenário, o desafio é tangibilizar a presença do passado de uma forma viva, e a disciplina arqueológica é capaz de contribuir neste processo uma vez que lida, por excelência, com fatos fragmentados e com a incompletabilidade essencial de seus vestígios, sendo especialista em documentar o que não é revelado. Isto adquire grande força no tratamento do passado recente e, em especial, de situações de conflito carregadas do suprimido, de ausências e do “indizível”. Cabe, assim, à Arqueologia da Supermodernidade recuperar a ritualização dos espaços, tornando os vestígios (materiais e imateriais) visíveis, tangíveis e públicos, trazendo presença ao discurso e materializando a memória.

A natureza traumática de aspectos do passado recente, especialmente para grupos minoritários como as etnias indígenas aqui tratadas, e a natureza evasiva de seus registros, traz o foro para atuação da Arqueologia: contextualização, materialidade, espaço e memória.

Finalmente, desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento ocorrido no Rio de Janeiro, em 1992, “desenvolvimento sustentável” se tornou palavra-chave de um discurso político internacional voltado à qualidade de vida, conservação dos recursos naturais e responsabilidade para gerações futuras. Apesar das discussões terem sido inicialmente voltadas às ciências naturais e análises de crescimento populacional, relaciona-se a uma discussão baseada na definição social, histórica e cultural do problema: a viabilidade de serem mantidas relações socialmente definidas entre a natureza e a comunidade durante longos

períodos de tempo. Desta forma, o discurso sobre sustentabilidade é basicamente público e estreitamente vinculado a problemas como justiça social e regulamentação política.

Sustentabilidade ou não sustentabilidade corresponde a uma qualidade dentro de um *continuum* de condições e processos possíveis. Neste sentido, não se pode considerar a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social de forma isolada. Ao contrário, o foco deve recair na interação entre elas, buscando a viabilidade de suas relações durante longos períodos de tempo. Por outro lado, considerando a rápida transformação por que as sociedades passam atualmente, a sustentabilidade necessita ser concebida dentro de uma perspectiva dinâmica.

Finalmente, vale salientar que, pela sua própria natureza e característica, este Programa de Gestão de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural não é - e nem poderia ser - um produto acabado e fechado. Ao contrário, sua elaboração incluiu o conceito de melhoria continuada, permitindo ajustes permanentes para incorporar as evoluções e os aprofundamentos do conhecimento sobre a área e a região onde o empreendimento está localizado, os avanços das várias tecnologias envolvidas e as evoluções nos entendimentos em curso com os diferentes atores envolvidos (e especialmente com a comunidade).

4.4 Project Design

Este Projeto está integrado no Project Design desenvolvido para o Programa maior do qual faz parte (Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE Teles Pires). Este Project Design já apresentava, como um de seus focos de pesquisa, as comunidades indígenas regionais e seu patrimônio cultural.

Assim de um modo geral, para o atingimento dos objetivos científicos, o Programa foi estruturado na intersecção de quatro grandes *Matrizes de Fatores Críticos de Sucesso*, que permeiam as Macro-Ações envolvidas desde a

partida, compondo o *Smart Grid* dinamizador do *Project Design* (vide **Quadro 1**), a saber:

- Matrizes de Decisão ou *Decision Making*, aplicadas nas ações previstas para o Programa;
- Linhas Programáticas científicas (*Environmental Archaeology* e Arqueologia Colaborativa);
- Aspectos de integração com os Programas Socioambientais e Legislação;
- Índices de Qualidade que avaliam o grau de metas cumprido pelo Programa com base no atendimento às recomendações e práticas de instituições nacionais e internacionais.

A partir de cada uma das grandes matrizes são traçadas linhas de correspondência na forma de ações de pesquisa estratégica, estabelecendo ligações precisas de uma matriz de fator crítico de sucesso a outra e tecendo, assim, uma malha de macro atividades, onde os cruzamentos das linhas constituem os chamados Pontos Focais. Os Pontos Focais, que constituem o núcleo da grade apresentada pelo Quadro 1, correspondem aos problemas científicos de investigação do Programa, ou ainda, a itens específicos estratégicos que devem receber atenção em seu desenvolvimento.

A evolução destes pontos ocorre a partir da criação de grupo interdisciplinar de trabalho com foco específico de ação, o *Focus Group*, reunindo profissionais das diversas áreas envolvidas pelas Grandes Matrizes de Fatores Críticos de Sucesso. As ações deste grupo são direcionadas para os objetivos específicos do Ponto Focal a ser desenvolvido, efetuando o atendimento direto de cada matriz cuja intersecção originou o Ponto Focal, garantindo, assim, a evolução constante do *Project Design* em um plano de renovação em sintonia com os Índices de Qualidade.

Para as Macro-Ações deste Programa, as Grandes Matrizes de Fatores Críticos de Sucesso encontram-se dispostas da seguinte forma:

Linha Programática:

Abrange a conceituação teórico-metodológica do tratamento científico aos patrimônios envolvidos (patrimônio arqueológico, histórico, cultural e paisagístico) apoiado nas seguintes correntes:

- ✓ Ecologia Histórica
- ✓ Arqueologia das Paisagens Culturais (Environmental Archaeology)
- ✓ Arqueologia Pública
- ✓ Arqueologia Colaborativa

Matrizes de Decisão ou *Decision Making*

Compreende um conjunto de diretrizes que auxiliam as tomadas de decisão no desenvolvimento das atividades originárias das Macro-Ações do Programa, orientando as atividades necessárias à gestão do projeto rumo à aplicabilidade, funcionalidade e ao aprimoramento constante. Este campo é formado pela sinergia das seguintes variáveis:

- ✓ Planejamento Estratégico
- ✓ Contexto de Patrimônio histórico e cultural
- ✓ Condições e Logística
- ✓ Normas específicas que regem as áreas envolvidas
- ✓ Investigações sobre privilégios de renovação constante

Integração com fatores sócio-ambientais

O estudo e tratamento do patrimônio arqueológico, histórico e cultural de uma determinada região apresentam uma série de sinergias com aspectos sócio-ambientais, incluindo ações de planejamento e desenvolvimento econômico regional. Este conjunto de fatores, em grande parte apresentados pelo EIA/RIMA do empreendimento e, depois, desenvolvidos ao longo dos diversos Programas que integram o licenciamento ambiental da obra, trazem elementos que permitem contextualizar os patrimônios estudados e ampliar sua compreensão na medida em que são integrados a quadros ecológicos mais amplos. São, aqui, considerados os seguintes elementos:

- ✓ Legislação aplicável
- ✓ Programa de Sócio-Economia

- ✓ Programa de meio físico
- ✓ Programa de meio biótico
- ✓ Planos de Gestão e Sustentabilidade

Índices de Qualidade

Para avaliação do grau de metas cumpridas pelo Programa, os Índices de Qualidade se baseiam no atendimento às recomendações e práticas da UNESCO, IFC (International Finance Corporation), IAIA (International Association for Impact Assessment) e IPHAN. Baseiam-se, ainda, nos diversos documentos e cartas internacionais dos quais o Brasil é signatário. Para que este atendimento seja verificado, as Macro Ações do Programa foram agrupadas nos seguintes Eixos Temáticos:

- ✓ Envolvimento da Comunidade
- ✓ Modos de Vida
- ✓ Aplicação
- ✓ Gestão do Conhecimento
- ✓ Índices de resiliência

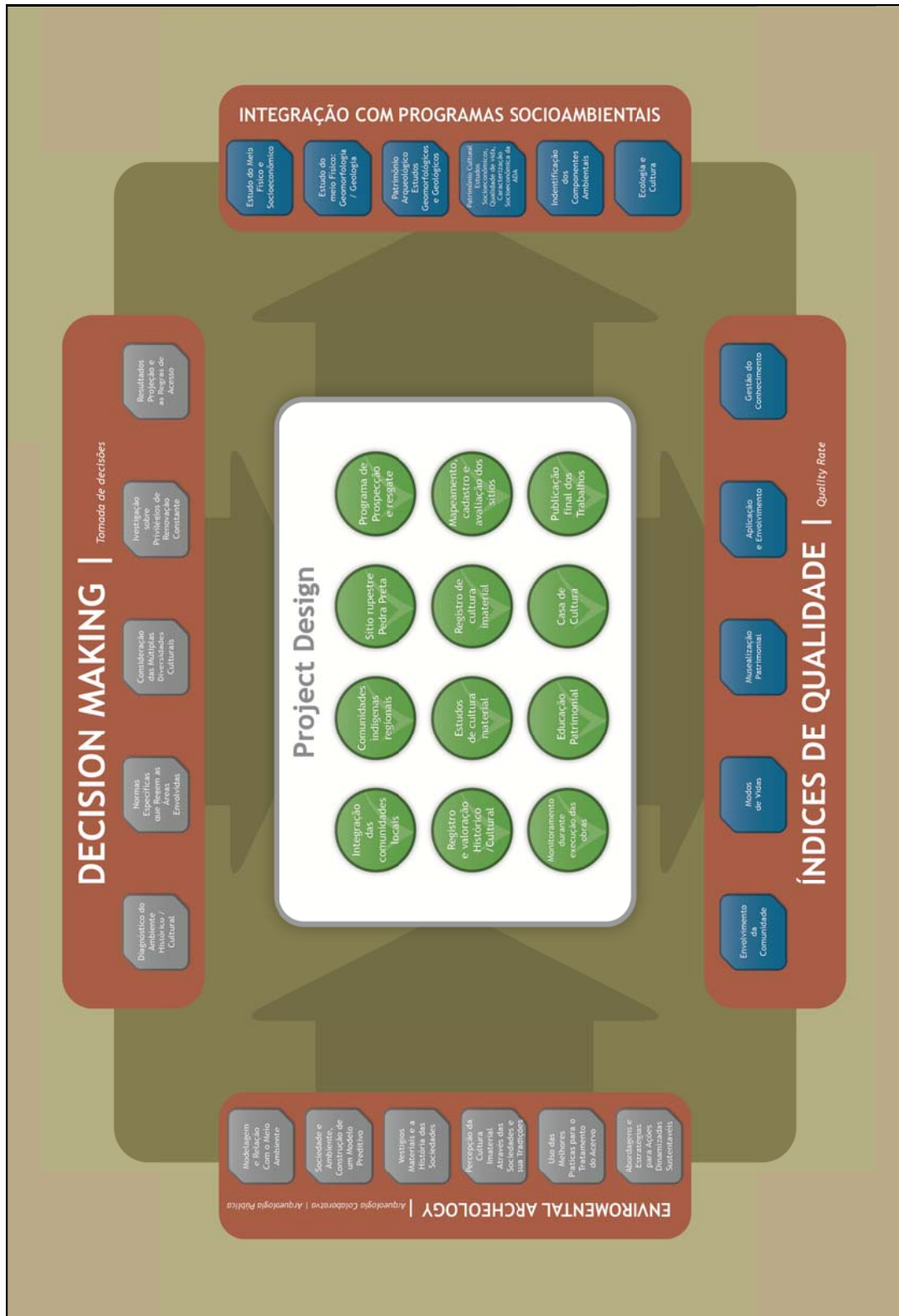
Pontos Focais (*Milestones*)

Os Pontos Focais se localizam na parte central do *Grid*, compreendendo justamente os problemas científicos de investigação a serem tratados pelo Programa, além de outros pontos de sensibilidade e atendimento elencados. Cada Ponto Focal apresenta relações com as abas do Grid (Matrizes de Decisão, Linha Programática, Integração com Fatores Sócio-Ambientais, Índices de Qualidade). Assim, compreendem os Pontos Focais do Programa:

- ✓ Programa de Prospecção e Resgate
- ✓ Mapeamento Arqueológico nas áreas de APP
- ✓ Monitoramento das obras
- ✓ Registro histórico das comunidades
- ✓ Estudos de Cultura Material
- ✓ Estudos de Cultura Imaterial
- ✓ Educação Patrimonial

- ✓ Publicações
- ✓ Implantação de Casas de Cultura
- ✓ **Atendimento e envolvimento das Comunidades Indígenas**
- ✓ Tratamento do Sítio Pedra Preta de Paranaíta

É importante salientar que a definição e ajuste dos Pontos Focais do Programa compreendem processos dinâmicos a serem constantemente ampliados ao longo de sua execução, integrando novas demandas científicas, sociais e culturais, bem como novas tecnologias e métodos de trabalho.



Quadro 1 - Project Design

5. CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR DOS ASPECTOS HISTÓRICOS E DEMANDAS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

5.1 Aspectos históricos gerais

A parcela central do estado do Mato Grosso caracteriza-se pela muito recente ocupação colonial de seu território. Apesar das incursões de exploradores europeus, ou mesmo brasileiros, nos séculos passados foi apenas a partir do final do século XIX – com o surgimento da demanda pela exploração do látex de seringueira – que se configurou um processo efetivo de colonização.

Mesmo assim, após o início da exploração do látex de seringueira, o chamado “ciclo da borracha”, demandou-se ainda várias décadas para que se estabelecesse um movimento de colonização mais consistente e amplo. Com a decadência da exploração da borracha, por conta de sua substituição por outras matérias primas ou o surgimento de regiões concorrentes mundo a fora, os núcleos coloniais das regiões amazônicas produtoras de látex tenderam a se dissipar ou entrar em processo de atrofia ou assimilação às comunidades indígenas locais.

Somente com a chamada “marcha para o oeste”, já no período de Marechal Rondon – com a expedição Rondon-Roosevelt e a missão para implantação da linha telegráfica -, é que começaram a surgir novos núcleos coloniais, principalmente no trajeto da linha telegráfica. Isso quase 30 anos após o apogeu da borracha amazônica.

Depois desse momento de criação de núcleos colonizadores, durante a expedição Rondon, um novo impulso foi dado durante o governo Vargas com a Expedição Roncador-Xingu, liderada pelos irmãos Vilas-Boas. Efetivamente, a Roncador-Xingu abriu um caminho para a colonização maciça da região central do Mato Grosso, o qual foi seguido pelo governo militar, estabelecido com o golpe de 1964. Por conta dessa peculiaridade o patrimônio cultural e ambiental no Mato Grosso tomou formas bastante peculiares que, em verdade, se manifesta muitas das vezes de modo violento e conflitante.

O surgimento das áreas de preservação ambiental e cultural (tomando as terras indígenas sob estes dois aspectos, ou seja, como áreas de direito a terra, mas, também, áreas de preservação e resistência cultural) se deu quase que simultaneamente ao avanço da ocupação colonial, sobretudo com fins agro-pecuários. Portanto, a constituição das Terras Indígenas se deu justamente no embate entre a ocupação tradicional e o avanço da sociedade nacional e das estruturas pertencentes a nossa cultura – cidades, estradas, usinas, etc.

Ao mesmo tempo, as cidades surgidas desse processo de avanço da sociedade nacional, como as da região centro-norte do estado do Mato Grosso – Nova Canaã do Norte, Colider, Itaúba, Paranaíta, Jacareacanga, este último já no sul do estado do Pará – se constituíram demograficamente a partir de movimentos migratórios de diversas regiões do país, sobretudo da região sul.

Estes colonos, deslocados em famílias e, muitas vezes, agrupados em torno de uma empresa colonizadora, como nos casos de Colider, Colniza, Sinop, Sorriso, trouxeram um forte sentimento de pertencimento a suas regiões de origem. Com isso, e diante de um ambiente razoavelmente hostil e sem uma sociedade branca já constituída onde se dissolvessem, acabaram por reafirmar seus laços de conjunto e suas identidades em torno de práticas regionalistas que se remetem aos seus estados natais. Os marcos de memória e as práticas culturais em torno das quais as identidades dessas novas cidades da fronteira agrícola se aglomeram remetem a um passado e a uma região deixados para trás, mas presentes na sua capacidade de se relacionar com o mundo e na sua forma de entendimento do mundo. Por isso a presença e o apreço às casas coloniais de madeira, aos Centros de Tradição Gaúcha, às festas coloniais, aos rodeios a moda crioula (ou crioulo), a culinária sulista mais e, ainda, a própria criação de uma mitologia em torno das epopéias migratórias dessas populações, com ênfase nas dificuldades para “desbravar os sertões”.

De qualquer modo a existência recente de núcleos coloniais duradouros na região central do Mato Grosso, ou mesmo na parcela sul do Pará (com raras exceções) ainda não legou um patrimônio tangível significativo, mesmo porque as próprias comunidades locais – brancas – não se desvincilharam por completo das culturas de suas regiões e de seus marcos de memória.

Por outro lado, no que tange a ocupação tradicional dessas terras é conhecida a ancestralidade da presença de povos do tupi na região que intermedeia os rios Madeira e Xingu (URBAN, 2002: 91-92). Ao menos três mil anos nos separam das primeiras ocupações desses povos na região, quadro que se reflete no momento da chegada do europeu à América. Graças a efemeridade das penetrações coloniais na região central da América do Sul – sobretudo nesta área entre as calhas do Xingu e do Madeira – o concerto autônomo desses povos permaneceu sem grandes interferências do branco até períodos bem mais recentes. É claro que a pressão sobre os povos indígenas das áreas mais suscetíveis à colonização, como as calhas dos grandes rios amazônicos – Amazonas, Pará, Tocantins, Negro, Jaú, Tapajós, etc. – promoveu deslocamentos populacionais em direção a áreas tradicionais de outros povos, o que certamente exigiu uma re-organização cultural, inclusive em seus aspectos territoriais e materiais (LEONARDI, 1999).

Apesar disso, de fato, a grande pressão sobre esses povos chegou em meados do século XX diante da sanha dos governos em ocupar e colonizar a região do Brasil central. A região que hoje pertence aos municípios de Jacareacanga no Pará, Colider, Itaúba, Nova Canaã do Norte e entorno eram, até então, áreas de ocupação, ou mesmo de trânsito, de povos de língua tupi.

Um dos casos mais dramáticos no processo de avanço da fronteira agrícola sobre as terras tradicionais dos povos dessa região foi justamente a retirada nos Kajabi (ou Kayabi) de sua área original, transferindo-os ao Parque do Xingu (como ocorreu também com os Panará).

Apenas uma parte dos Kajabi optou por resistir em suas terras, as quais somente em abril de 2008 receberam o status de Terra Indígena, ainda que provisoriamente sujeita a contestação. Esta unidade envolve parte do território de Nova Canaã do Norte e recebeu o nome de TI Batelão. Mais ao norte, na área de Jacareacanga, uma segunda terra indígena abriga, além de Kajabi, também Apiaka e Munduruku, a TI Kayabi I. Ambas as terras indígenas – Kayabi I e Batelão - são apenas traços do que era o território tradicional desses povos e, tendo-se constituído como núcleos de resistência cultural, o que inclui também sua dimensão lingüística.

5.2 Comunidades indígenas envolvidas

Aualmente, existem no município de Jacareacanga, três Terras Indígenas: (TI) Munduruku, Sai-Cinza e Kayabi (**Figuras 3 e 4**).

Especial atenção é dada para a significância simbólica das Sete Quedas, seqüência de cachoeiras que se localizam na área do eixo da barragem, das quais algumas estarão sendo alagadas com o futuro reservatório. Efetivamente, a bibliografia reúne diferentes estudos etnográficos e etnoarqueológicos que apontam as Sete Quedas como integrante do território de peregrinação do grupo Munduruku, e também marco territorial do grupo Kayabi. Existem inclusive referências de locais de permanência dos grupos Kayabi na área, o que possivelmente se expressa na forma de sítios arqueológicos ou outros tipos de vestígios reconhecíveis pelas pesquisas. Por outro lado, o salto de Sete Quedas integra elementos da cosmologia Kayabi, havendo elementos de cultura imaterial e material que deverão ser integrados.

Segundo o Relatório do Programa Antropológico elaborado pela empresa JGP no âmbito do Licenciamento Ambiental da UHE Teles Pires (JGP 2011), os principais pontos referentes ao salto de Sete Quedas, compreendem:

- Indicação da área estar integrada, no início do século XX, ao território Munduruku (página 19). Seria, portanto, uma região a ser evitada pelos grupos Kaiabi (página 85)
- Indicação de que o salto de Sete Quedas teria constituído, em determinado período, limite entre o território Mundukuru (Salto abaixo) e Kaiabi (Salto acima) (página 85)
- Indicação de que a transposição das Sete Quedas correspondeu ao momento de ampliação do território Kaiabi (página 84, 85)
- Indicação de que o salto de Sete Quedas era local de pescaria dos grupos Kaiabi (página 27)
- Indicação de que, durante sua permanência para pescaria na região de Sete Quedas, os grupos Kaiabi transmitiam seus conhecimentos tradicionais para os mais jovens e sua historicidade (página 47 e 84)

O estudo indica, ainda, que a região do Sete Quedas não é atualmente utilizada pelos Kaiabi (página 86). Na ocasião da visita realizada por lideranças Kaiabi, Apiacá e Munduruku à região da usina (e do Salto Sete Quedas), dentro das ações participativas desenvolvidas pelo programa, constituiu a primeira oportunidade de conhecerem o local. Assim, o estudo conclui que o Salto constitui importância histórica, especialmente para os Kaiabi, embora não seja hoje local de uso e perambulação (página 86).

Dentro deste cenário, o estudo antropológico aponta como baixa a possibilidade das atuais comunidades indígenas reconhecerem o local do salto de Sete Quedas como elemento importante para sua manutenção social e cultural. Todavia, este cenário necessita ser analisado com detalhe, incluindo certamente as percepções que as próprias comunidades apresentam sobre a área.

Considerando, assim, a possibilidade de contar-se, especialmente nas adjacências do Salto de Sete Quedas, com vestígios de ocupações indígenas de grupos habitantes das TIs mencionadas, estará sendo desenvolvido um procedimento de pesquisa que considere as diretrizes técnicas e éticas estabelecidas pelo IPHAN para situações análogas (Arqueologia Étnica, Encontro IPHAN de Ouro Preto, 2010).

Assim, no desenvolvimento do trabalho são considerados os seguintes procedimentos e aspectos:

- 1) Prospecções sistemáticas mais intensivas e especiais nas adjacências do Salto de Sete Quedas, desenvolvidas em conjunto com representantes das comunidades indígenas e pesquisadores;
- 2) Pesquisas documentais (bibliográficas, iconográficas e cartográficas) buscando elementos para elaboração de prospecções adicionais direcionadas para pontos-alvo indicados pela documentação;
- 3) Cadastro não interventivo destes locais/vestígios, considerando as diretrizes de Arqueologia Étnica definidos pelo IPHAN;
- 4) Análise junto ao IPHAN do encaminhamento das pesquisas.

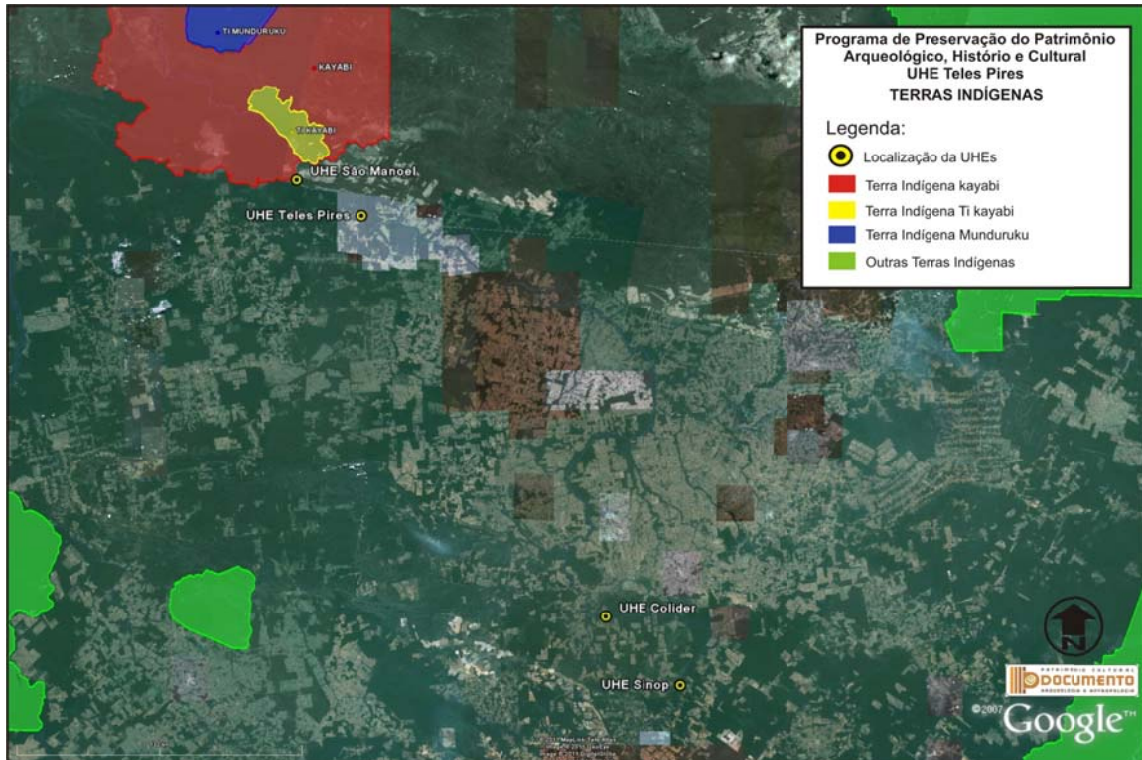


Figura 3 – Localização regional das TIs frente à área da UHE Teles Pires.

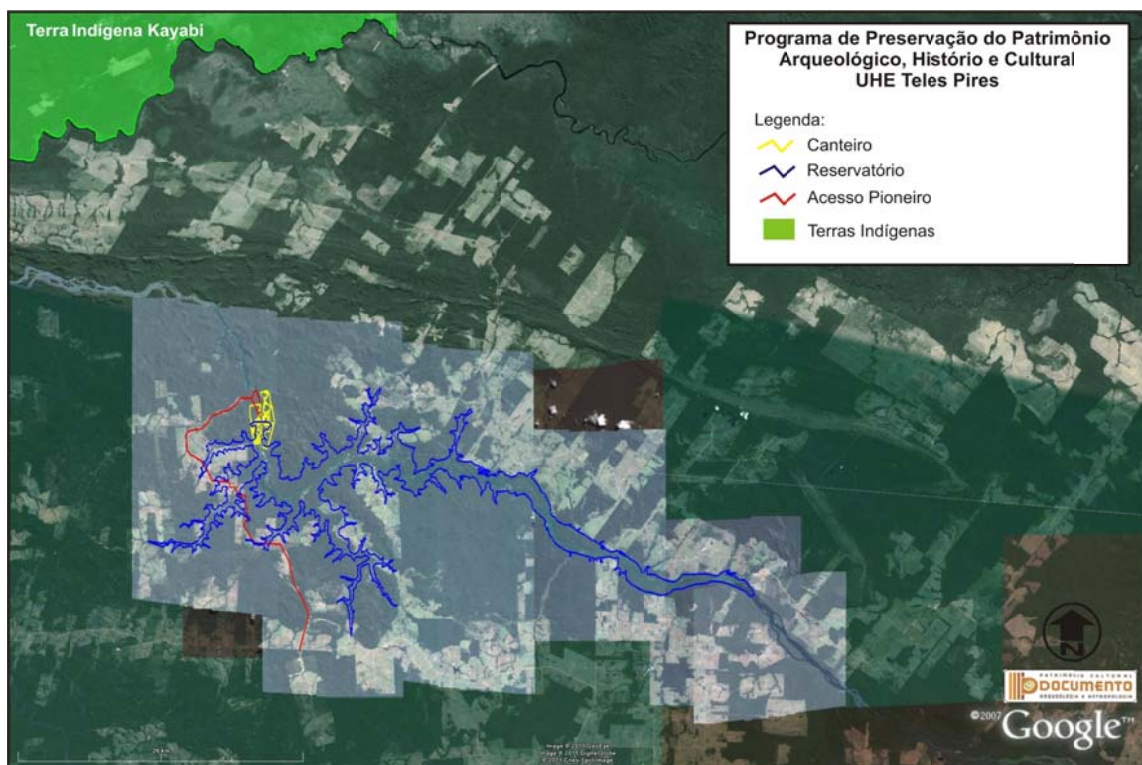


Figura 4 – Detalhe da localização das TIs frente à área da UHE Teles Pires.

5.3 Demandas histórico/culturais das comunidades

As demandas das comunidades indígenas que norteiam o desenvolvimento deste Programa Etnoarqueológico foram previamente sintetizadas na ata das reuniões realizadas entre os dias 11, 12 e 13/8/2011 na Terra Indígena Kayabi, contando com a presença de representantes Munduruku, além da FUNAI, IPHAN, DOCUMENTO e JGP (ata em anexo e, também, Pranchas 1 a 3)).

Vale salientar que esta ata traz aspectos que não são abrangidos pelo presente Projeto, compreendendo demandas relativas ao Programa Antropológico e atuação da FUNAI. Sintetizamos abaixo os aspectos referentes a este Projeto Etnoarqueológico:

- ✓ Necessidade de realização de um Programa Etnoarqueológico, com participação das 3 etnias envolvendo o estudo da história dos antepassados, identificação e registro de seu território tradicional ao longo do rio Teles Pires, desde a divisa da TI Kayabi até rio acima;
- ✓ As necessidade destes estudos serem realizados antes das áreas receberem impactos ambientais pelo empreendimento;
- ✓ A importância e as relações simbólicas com a paisagem cultural de Sete Quedas pelas comunidades indígenas;

Estes aspectos foram incorporados no Termo de Compromisso assinado entre IPHAN e CHTP, baseando o desenvolvimento deste Projeto.

Prancha 1 – Aspectos das reuniões na aldeia Kururuzinho



Dinâmica de uma das reuniões

Participação da Dra. Maria Clara Migliacio, diretora do CNA/IPHAN



Participação do Sr. Rogério José Dias, Gerente de Licenciamento do CNA/IPHAN.



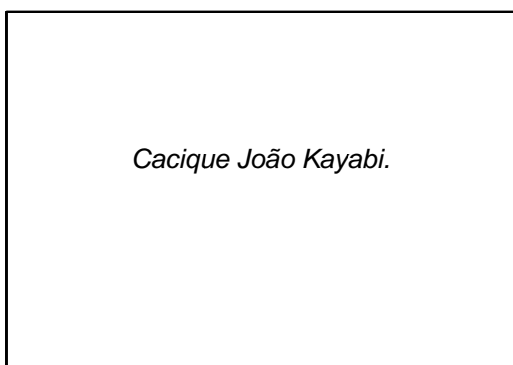
Reunião do dia 13/08, com representantes FUNAI.



Prancha 2 – Participantes indígenas



Cacique Haroldo Munduruku



Cacique João Kayabi.



Participantes das reuniões



*Representante da comunidade
Munduruku*



Prancha 4 – Aspectos do Patrimônio Cultural da etnia Kayabi



Patrimônio edificado: futura cozinha comunitária.

Patrimônio material: forno de assar farinha.



Conhecimentos tradicionais: artesanato de cestaria.

Práticas e conhecimentos: embarcações e transporte fluvial.



ATA DE REUNIÃO

ALDEIA KURURUZINHO / TI KAYABI

11 a 13/08/2011

Nos onze e doze dias do mês de agosto de 2011, reuniram-se indígenas Kayabi, indígenas Mundurucu, servidores da CR Colider-FUNAI, da CR Tapajós-FUNAI, do IPHAN, CCBAM FUNAI ESB, representantes da Companhia Hidrelétrica Teles Pires e da JGP Consultoria, na aldeia Kururuzinho, TI Kayabi, para apresentação e discussão da reformulação dos estudos do componente indígena, referentes à UHE Teles Pires. No primeiro dia, a reunião teve início às 14 hs, devido ao atraso na chegada dos Mundurucu, que vieram de Jacareacanga e das aldeias na cabeceira do Teles Pires. Neste dia, a reunião centrou-se na apresentação dos estudos feitos pela equipe do JGP Consultoria. Os principais pontos levantados pelos indígenas foram: disponibilização de um vídeo sobre a hidrelétrica, para que fique mais claro o local e o modo de funcionamento do empreendimento; formação de uma comissão formada por indígenas das 3 etnias, para ir conhecer o funcionamento de uma hidrelétrica fio d'água, para que possam conversar com a população atingida por uma obra desse tipo e verificar os impactos que aconteceram; a diferença de tempo entre a implantação da hidrelétrica, que já está com a sua licença de instalação quase pronta, e a demarcação da TI Kayabi e da TI Apiaká, que há muito tempo são esperadas pelos índios; a falta de informação e discussão suficiente com todos os indígenas; a dificuldade que os povos indígenas têm de serem ouvidos e terem seus direitos respeitados. No segundo dia, pela manhã, foi realizada uma reunião com os indígenas, servidores da FUNAI e do IPHAN, para escla-

recimentos sobre o estudo, sobre a hidrelétrica, sobre o estágio no qual o empreendimento se encontra, bem como sobre o posicionamento da FUNAI e do IPHAN ~~de~~ relativo à reformulação dos estudos. Na discussão, foi destacado:

- os indígenas Kayabi ~~test~~ evidenciaram que, o fato de ter sido aprovada a realização dos estudos na TI Kayabi não significa que eles concordam com a hidrelétrica, e isto precisa ficar claro nos estudos;
- a importância cultural que o Salto Sete Quedas tem para os Kayabi e Mundurucu, que não pode ser desconsiderada. É preciso compreender que estes povos mantêm relações com os locais "espirituais" ou "religiosos" de forma diferente dos brancos (não indígenas);
- a pressão fundiária, social e econômica que ocorrerá sobre as terras indígenas, que já sofrem com invasões, e a necessidade de haver um programa efetivo de monitoramento e fiscalização ambiental e territorial sobre as terras indígenas;
- necessidade de implantação de um programa contínuo de formação e capacitação dos povos indígenas, não só sobre as hidrelétricas, mas também sobre associativismo, geração de renda, organização e escoamento de produção;
- necessidade de realização de um levantamento etnoarqueológico, com a participação das três etnias;
- discutir e implementar projetos de geração de renda baseados no protagonismo indígena e no respeito às suas terras, cultura e tradições.

No dia treze de agosto, foi finalizada a reunião, na qual foram evidenciados os seguintes pontos:

- a necessidade da formação da comissão para conhecer uma hidrelétrica fio d'água já em funcionamento, com comunidades abaixo da barragem, a uma distância semelhante a que elas (Mundurucu, Apiaka e Kayabi) estarão no caso da UHE Teles Pires;
- a correção tem que ser feita nos estudos de que os Kayabi apenas aceitaram a realização dos estudos, e não a construção da hidrelétrica, pois são contra o empreendimento;
- deixaram claro que estão sendo atropelados por todo o processo, não havendo tempo para entender, discutir e ter suas posições ouvidas e respeitadas sobre todos os pontos e programas envolvidos;
- nos estudos, vários temas ficaram faltando, como os impactos sobre as plantas medicinais e as matérias-primas que os povos indígenas utilizam;
- com todos os indígenas concordam e exigem o estudo etno-arqueológico envolvendo o estudo da história dos antepassados, identificação e registro do seu território tradicional ao longo do Rio Teles Pires, desde a divisa da TI Kayabi, rio acima, até onde houver memória, e que o estudo deve envolver todas as pessoas que tenham este conhecimento, e no caso dos Kayabi, inclusive indígenas que hoje moram no Xingu e no Juara-MT;
- o estudo etno-arqueológico e a visita aos locais tradicionais identificados tem que ser feitos antes dos impactos da obra, inclusive levando as crianças para conhecer estes lugares, para guardar esta memória;
- destacaram a importância que o Salto Sete Quedas tem para os povos indígenas, o que faz com que a

- visita ao local tenha que ser feita antes do início das obras, pois representará uma grande perda à sua cultura;
- destacaram que os respeito aos direitos indígenas tem menos importância que as hidrelétricas, pois a demarcação de suas terras não é feita, mas os empreendimentos são feitos de forma rápida, atropelando e desrespeitando os povos indígenas;
 - que a FUNAI assuma à frente do canal de comunicação ^{direta} com os povos indígenas, e não que ele fique sob a responsabilidade do empreendedor;
 - que o processo de discussão do PBA seja feito de forma participativa, com tempo suficiente para que todos os povos indígenas entendam, discutam e sejam efetivamente ouvidos e atendidos nas suas reivindicações;
 - os estudos não registraram a real importância ^{cultural} que o Salto Site Quedas tem para os povos indígenas, e ~~pois de~~ isto precisa ser assumido e corrigido nos estudos;
 - que estes desenvolvimentos que dizem que as hidrelétricas vão trazer não são voltados para os povos indígenas; para estes, os empreendimentos só vão trazer destruições;

Rodrigo T. Folles FUNAI/CGGSM ~~de~~
 elemento Kazali aldeia Kururuzimbo
 Haroldo Saw munduruku Ald. Caracol R.T.P.
 Celso RPIAKI aldeia Kururuzimbo
 Elton Mendes de Jesus (CTI - SACANSA CANCA)
 SEBASTIAO MARTINS COORD. REGIONAL DE CONDOR-MT
 Sandro Waro munduruku - aldeia Feles pires
 Rosmildo membrury munduruku aldeia Caracol R.T.P.
 Rosilda Saw munduruku Zoni - Linça